

1968: O DIÁLOGO É A VIOLÊNCIA



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade
ALVARO PENTEADO CRÓSTA

EDITORIA
UNICAMP

Conselho Editorial

Presidente

EDUARDO GUIMARÃES

ELINTON ADAMI CHAIM – ESDRAS RODRIGUES SILVA
GUITA GRIN DEBERT – JULIO CESAR HADLER NETO
LUIZ FRANCISCO DIAS – MARCO AURÉLIO CREMASCO
RICARDO ANTUNES – SEDI HIRANO

Maria Ribeiro do Valle

1968: O DIÁLOGO É A VIOLÊNCIA

MOVIMENTO ESTUDANTIL E
DITADURA MILITAR NO BRASIL

EDITORA UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

V242m Valle, Maria Ribeiro do.
1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil / Maria Ribeiro do Valle. – 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

1. Movimentos estudantis – Brasil – 1968. 2. Ditadura e ditadores. 3. Imprensa – Brasil – 1968. 4. Violência – Brasil – Aspectos políticos. I. Título.

CDD 322.440981
321.9
079.81
301.6330981

ISBN 978-85-268-0796-9

Índices para catálogo sistemático:

1. Movimentos estudantis – Brasil – 1968	322.440981
2. Ditadura e ditadores	321.9
3. Imprensa – Brasil – 1968	079.81
4. Violência – Brasil – Aspectos políticos	301.6330981

Copyright © by Maria Ribeiro do Valle
Copyright © 2008 by Editora da Unicamp

1ª edição, 1999
2ª reimpressão, 2016

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

*À minha mãe e aos queridos Patrizia,
Cláudio, Rogério e Marcelo.*

Para o pai feliz
nada mais gratificante
Ter uma filha professora
aprendendo com estudante.

PAULO RIBEIRO DO VALLE FILHO

Agradecimentos

Às professoras Irene Cardoso e Elisa Angotti Kossovitch, que sempre contribuíram para a minha tentativa de “desvendar” 68. Ao Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) do IFCH–UNICAMP, onde consultei parte significativa dos periódicos utilizados nesta dissertação, e particularmente às suas funcionárias Ema, Fátima e Regina. Aos amigos Geni, Rosa, Cristina, Carlos, Jôse, Helena, Te e Lauro, com a imensa amizade que cultivamos até hoje. Aos irmãos, cunhados, sobrinhos e a Elisa, pelo imenso amor que me dedicam. E também a Mariza, que faz parte de minha família.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	21
<i>Notas</i>	29
1 – A MORTE DE EDSON LUÍS	31
1. <i>O golpe militar de 1964, os primeiros anos do regime militar (1964-1968) e o movimento estudantil</i>	31
2. <i>A morte de Edson Luís e a violência: o movimento estudantil, o governo e a imprensa</i>	39
1. A morte	40
2. O velório	46
3. O enterro	48
4. A repercussão da morte de Edson Luís	50
5. As passeatas de 1º de abril	54
6. A missa de sétimo dia	59
3. <i>Considerações sobre a morte de Edson Luís e a violência</i>	68
1. A morte de Edson Luís, a violência e a continuidade da luta estudantil	78
<i>Notas</i>	82
2 – A SEXTA-FEIRA SANGRENTA E A PASSEATA DOS CEM MIL	97
1. <i>Da morte de Edson Luís às vésperas da Sexta-Feira Sangrenta: os bastidores da política e o movimento estudantil</i>	97

1. Reformistas e divisionistas ante a proposta de diálogo com o governo — as discussões internas do ME e sua divulgação pela imprensa.....	101
2. Antecedentes da Sexta-Feira Sangrenta.....	105
2. <i>A Sexta-Feira Sangrenta</i>	110
3. <i>A Passeata dos Cem Mil</i>	122
1. As repercussões da Sexta-Feira Sangrenta e da Passeata dos Cem Mil.....	128
4. <i>Considerações sobre a Sexta-Feira Sangrenta, a Passeata dos Cem Mil e a violência</i>	138
1. A Sexta-Feira Sangrenta, a Passeata dos Cem Mil, a violência e a continuidade da luta estudantil.....	148
Notas	154
3 – A GUERRA DA MARIA ANTÔNIA	165
1. <i>Os bastidores da política e o movimento estudantil no início do segundo semestre de 1968</i>	165
1. A invasão da UnB.....	169
2. A Conferência dos Exércitos Americanos e a denúncia do caso Para-Sar	177
2. <i>A guerra da Maria Antônia e a violência: o movimento estudantil, o governo e a imprensa</i>	180
1. As repercussões e simultaneidades da guerra da Maria Antônia.....	201
3. <i>Considerações sobre a guerra da Maria Antônia e a violência</i>	203
Notas	213
4 – O XXX CONGRESSO DA UNE.....	227
1. <i>A queda do Congresso de Ibiúna</i>	227
2. <i>As repercussões da queda do Congresso da UNE</i>	241
3. <i>A luta estudantil e o XXX Congresso da UNE</i>	253
1. Primeira posição: a luta política	257
2. Segunda posição: a luta específica.....	267
4. <i>Considerações sobre o XXX Congresso da UNE e a violência: o movimento estudantil, o governo e a imprensa</i>	277
Notas	290

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	301
<i>Notas</i>	306
BIBLIOGRAFIA	307
<i>Periódicos</i>	309
<i>Periódicos estudantis</i>	309
<i>Documentos e publicações estudantis para o XXX Congresso da UNE</i>	310

PREFÁCIO

Este livro revisita os principais episódios da intensa luta política travada no Brasil em 1968 entre o movimento estudantil e a ditadura militar.

Graças à escolha narrativa da autora, a interpretação dos fins, sentidos e desfecho do conflito em foco emerge do próprio relato, em que uma documentação histórica inédita articula a seqüência dos fatos em um movimento incessante e dramático. Retendo a síntese entre realismo e ficção própria da imagem fílmica, o *script* propicia ao leitor a revivência daquela conjuntura única e irreduzível, trazendo à tona o “ponto de vista” dos protagonistas, tal como se explicita no calor da luta. Os objetivos imediatos, o projeto transformador e os métodos de combate propostos pelos estudantes vão-se evidenciando no confronto com os do governo, redescobertos nos documentos oficiais, na imprensa estudantil e nas reportagens e comentários dos grandes periódicos nacionais. Em nenhum momento tratados como meros observadores, nem mesmo como participantes indiretos por seu poder de manipular o real e influenciar a opinião pública, estes últimos saltam do texto como personagens “coadjuvantes” do drama em curso: tomam partido, recebem o impacto dos acontecimentos, mudam de “olhar” e reformulam suas técnicas de intervenção, contribuindo para criar fatos políticos novos e sofrendo suas conseqüências.

Retraçando os avanços e recuos do “diálogo conturbado”, em que cada um dos atores desvela e/ou oculta a si próprio e aos fatos, buscando desmascarar os “efetivos” desígnios dos outros, a autora encontra na violência — sofrida, exercida, tematizada, legitimada, camuflada, registrada — o fio condutor privilegiado para desvendar a trama do “acontecimento” 68. Nesta abordagem, embora seja possível a leitura autônoma de cada capítulo, apenas a seqüência total dos “fotogramas” decodifica o aparente paradoxo do título, explicitando plenamente o alcance polêmico e original de uma construção interpretativa em que confronto militar e diálogo político não se dissociam, definindo, episódio após episódio, os vencedores da contenda.

No primeiro semestre, após o assassinato de Edson Luís, fato que dá início ao relato, o movimento estudantil conquista as ruas. Neste espaço público de luta aberta com os órgãos de segurança e, ao mesmo tempo, de contato com a população e a imprensa, a violência estudantil explicita-se como instrumento bélico e pedagógico de transformação, configurando, mais que um revide espontâneo à investida repressiva, uma ação exemplar destinada a desvelar ao “povo” o caráter intrinsecamente injusto e agressivo de um sistema erguido sobre a exploração econômica e a opressão política. Em contraste com a prática estudantil de enfrentamento, voltada a se expor ao público, elucidando, desta forma, seus fins éticos e políticos, a do governo camufla-se na “legítima” defesa da ordem, ameaçada por minorias subversivas supostamente infiltradas no movimento. Ambos os lados buscam tornar visível o caráter antinacional e antipopular do outro, em um embate em que a imprensa adquire um extraordinário poder de definição do “verdadeiro”, tendo em vista que sua versão dos fatos atinge a maioria silenciosa ausente das manifestações de rua.

O exame das idas e vindas desse embate leva a autora a identificar dois momentos distintos no percurso da violência. No primeiro semestre, a invasão do restaurante Calabouço, a morte de Edson

Luís, secundarista alheio ao movimento, a repressão selvagem aos protestos da Sexta-Feira Sangrenta e o caráter pacífico da Passeata dos Cem Mil, única em que a polícia não intervém, confluem para desnudar os desmandos dos órgãos de repressão, enquanto os estudantes se destacam como defensores da democracia. No segundo semestre, após a proibição das passeatas, a situação se inverte: a “guerra” entre a USP e a Mackenzie, a presença de armas no Congresso da UNE em Ibiúna, os primeiros atentados terroristas dão visibilidade à “violência dos extremistas”, enquanto o governo acaba projetado, até mesmo pela imprensa da oposição, como o necessário guardião da ordem.

Ao chegar ao término do relato, o leitor tem diante de si não apenas o retrato vivo de uma guerra, de suas batalhas, das estratégias e táticas que resultam na vitória do mais forte e astucioso; do desenrolar dos acontecimentos, constantemente reinterpretados pelos atores, emerge, junto com as concepções, valores e interesses que os movem, o seu diagnóstico sobre a organização sociopolítica a ser preservada ou transformada. Na dinâmica entre os fatos e as “razões” dos sujeitos, a autora encontra o lastro empírico para interpretar 68 à luz do confronto entre a “violência revolucionária” e a do *status quo*, identificando aí um ponto de conexão entre o “caso” brasileiro e a revolta mundial da juventude naquele ano.

Contrariando tanto as interpretações tendentes a reconhecer em 68 a explosão irracional do “desejo” contra o tecnicismo e o calculismo inscritos na razão moderna quanto aquelas que identificam em sua faceta “agressiva” a marca da barbárie predominante no “breve século XX”, este trabalho desencava a ação e a palavra dos protagonistas, encontrando nelas a reiteração de um projeto político rumo a uma forma *radicalmente* diferente de organização coletiva. No interior deste projeto, elo de ligação entre a luta específica por uma universidade democrática e “popular” e o combate ao imperialismo e às ditaduras por uma

sociedade livre e igualitária, a violência adquire, aos olhos dos estudantes, necessidade política e legitimidade ética, inscrevendo-se no “espírito” de luta internacional de 68 associado ao fugaz renascimento das utopias e experiências anticapitalistas vindas do século XIX.

Relegados ao debate entre intelectuais e pequenos grupos políticos dissidentes após a progressiva integração dos partidos operários ocidentais ao modelo político burguês e à consolidação do domínio burocrático no leste, os fantasmas do passado reconquistavam a cena política mundial com o repentino alastrar-se das lutas estudantis, evocados nas assembléias, nas salas de aula e nas ruas ocupadas. Neste espaço “libertado”, as obras do “marxismo heterodoxo”, de Trotski a Rosa Luxemburgo, os clássicos do anarquismo e os textos dos novos teóricos emersos recentemente das revoltas dos países periféricos inspiravam os debates do movimento em busca de um projeto político capaz de virar o mundo de ponta-cabeça.

Os jornais, documentos e discursos examinados neste livro trazem de volta um dos “cenários” deste debate, permitindo ao leitor identificar os pressupostos teóricos que “dissolvem” a antinomia entre diálogo e violência. Indissociáveis, estes compõem um único instrumento, de faces opostas e complementares: força militar contra o inimigo metamorfoseia-se em retórica política diante do povo, constituindo, desta forma, o movimento estudantil como sua “força auxiliar” e/ou “vanguarda temporária” na guerra social em curso. No entanto, a oposição, resolvida no nível da teoria, reconstitui-se no desenrolar efetivo da comunicação estabelecida, ao longo do ano, entre as “vanguardas” e as forças sociais às quais se dirigem: enquanto as primeiras pretendem educar as forças sociais para a necessidade ética e política da “violência revolucionária”, identificando em sua mobilização um momento da consciência transformadora, estas aderem à luta por reconhecer nela a defesa pacífica da democracia, contra os

abusos da polícia e o autoritarismo governamental, saindo de cena quando a imagem agressiva do movimento prevalece entre o público. O descompasso entre os interlocutores na representação do real parece ser o resultado — e o problema — central deixado por este relato aos que se interrogam sobre o significado político de 68. Por um lado, este ano “extraordinário” ressuscita, na prática social e política, o sonho utópico da comunidade racional dos livres e iguais, escrevendo mais um capítulo na história inacabada das revoluções sociais modernas; por outro, a derrota do projeto transformador no embate com a realidade evidencia seu caráter efêmero, configurando nesta conjuntura mais um capítulo do que Maquiavel nomeia o “moto-perpétuo” da história, gerado pelas tendências opostas presentes em todas as “cidades”: a do “povo”, que não deseja ser comandado nem oprimido pelos “grandes”, e destes, que desejam comandar e oprimir o “povo”.

Hoje, 30 anos depois, a distância entre a utopia revolucionária e o mundo real parece ter-se aprofundado enormemente. O domínio incontestável do capital especulativo internacional, o desmantelamento dos direitos trabalhistas, o ataque sem precedentes contra o “direito à vida” nos países do terceiro mundo marcam o eclipse não só dos projetos de transformação radical, mas até mesmo dos confrontos e negociações em busca do equilíbrio possível entre os desiguais, deixando à mostra os trágicos efeitos da feroz guerra empreendida pelos ricos contra as maiorias pobres do planeta.

Neste quadro desolador, em que a política do atual governo brasileiro se destaca, sinistramente, pela virulência empregada no ataque às conquistas sociais da população e das instituições econômicas e científicas autônomas, o interesse deste trabalho reside não apenas na reconstituição precisa e ricamente documentada de um “pedaço” de nossa história. Desencavando motivos, idéias, interesses que movimentaram a ação política em uma conjuntura

em que o “povo” deteve, ainda que transitoriamente, a iniciativa na contenda contra os “grandes”, ajuda-nos a superar a dimensão do dado, a traçar paralelos e a redescobrir no futuro um horizonte de possibilidades.

Patrizia Piozzi